

KOSOVO E SÉRVIA: UM ACORDO PARA NORMALIZAR RELAÇÕES

KOSOVO AND SERBIA: AN AGREEMENT TO NORMALIZE RELATIONS

Sidney Robin Siegertszt

Mestre em Política Internacional
Katholieke Universiteit Leuven
Alcobaça, Portugal
sidneysiegertszt@gmail.com

Resumo

Este artigo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa elaborada no Kosovo e na Sérvia. As fontes de informação obtidas por meio de entrevistas permaneceram anónimas a pedido dos representantes e diplomatas da União Europeia. O artigo faz uma breve descrição dos acontecimentos históricos que levaram à criação do Primeiro Acordo de Princípios que rege a normalização das relações entre o Kosovo e a Sérvia, com base numa análise aprofundada ao Artigo 1 e ao seu processo de implementação. A União Europeia desempenha um papel crucial neste âmbito como mediador principal entre os países, sem que isso a isente de críticas. O Artigo 1 do Primeiro Acordo define a criação de uma Associação/Comunidade de municípios de maioria Sérvia na região norte do Kosovo, com o seu próprio estatuto e competências. O foco deste artigo é aferir quais os determinantes que levaram o Kosovo, a Sérvia e a UE a assinar o Primeiro Acordo, bem como a importância do referido artigo e as suas implicações para todas as partes envolvidas.

Palavras-chave: Kosovo, Sérvia, União Europeia, Primeiro Acordo, Normalização, Associação.

Como citar este artigo: Siegertszt, S., 2015. Kosovo e Sérvia: um Acordo para Normalizar Relações. *Revista de Ciências Militares*, maio de 2015 III (1), pp. 39-64.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

This paper was conducted through qualitative field research in Kosovo and Serbia. The sources of the information obtained through interviews will remain anonymous at the request of European Union (EU) representatives and diplomats. The paper briefly narrates the historical events that led to the creation of the First Agreement of Principles Governing the Normalization of Relations of Kosovo and Serbia with an in-depth assessment of Article 1 and its implementation process. The European Union played a crucial role as the main mediator between the countries, but is not exempt from criticism. Article 1 of the First Agreement defines the creation of an Association/Community of Serb majority municipalities in the northern region of Kosovo with its own statute and competences. The focus of this article is to ascertain what the determinants were for Kosovo, Serbia and the EU to sign the First Agreement and the importance of Article 1 and its implications for all parties involved.

Keywords: Kosovo, Serbia, European Union, First Agreement, Normalization, Association.

Introdução

A República do Kosovo é um pequeno país na Europa, localizado nos Balcãs, com uma pequena população estimada em 1.8-2.2 milhões de pessoas, constituída por diversos grupos étnicos, entre os quais os Albaneses do Kosovo são a maioria. Em comparação, o território deste país é quase ¼ do território total dos Países Baixos.

Do ponto de vista das relações políticas e internacionais, o Kosovo não é considerado um pequeno protagonista, mas antes um grande. A maior missão da União Europeia no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) é a missão no Kosovo, que é de elevada importância não só para a UE como para os Estados Unidos da América. O Kosovo não é um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que não impediu a iniciativa unilateral por parte da OTAN, sem aguardar uma resolução por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de libertar o Kosovo e pôr um fim ao conflito com a Sérvia, em 1999. Esta foi a segunda vez que as forças da OTAN foram usadas numa zona de guerra (Judah, 2008, pp. 75-92).

O Kosovo é considerado um local de valor devido à sua localização geoestratégica. Está praticamente no centro da Europa, com fronteiras com a UE; está rodeado de Estados-membros da OTAN, com a Albânia à esquerda, a Bulgária à direita, com a Grécia a sul e a Hungria e a Roménia a norte. Encontra-se ainda no centro dos Balcãs ocidentais e é um dos Estados que compunham a antiga Jugoslávia.

A Sérvia está situada diretamente a norte, ligada ao que é considerado território do Kosovo, e ainda considera o Kosovo a sua Província Autónoma de Kosovo e Metohija.

A população do Kosovo divide-se em grupos étnicos (88% albaneses, 6% sérvios, 3% muçulmanos eslavos compostos por bosníacos e goranis, 2% roma, ascálias e egipcianos e

1% turcos). A razão pela qual a maioria da população é de etnia albanesa leva-nos ao Império Otomano. A diáspora de albaneses abandonou o seu país de origem durante o cerco Otomano que os levou a fixar-se noutras regiões da Europa. Em 1459, a Sérvia e o Kosovo foram absorvidos pelo Império Otomano, numa altura em que um grande número de albaneses se tinha já fixado na região. Assim, podemos encontrar albaneses na Grécia, na Turquia e na Itália. Avançando no tempo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu outra grande dispersão de populações e, em 1991, cerca de 600.000 albaneses deixaram a Albânia para procurar uma nova vida na região do actual Kosovo. Até aos dias de hoje, apontar o número exacto de albaneses que se fixaram no Kosovo e na Sérvia permanece uma dificuldade epistémica (Judah, 2008, pp. 1-29).

Após 1945, a Jugoslávia encontrava-se sob a liderança do comunista Josip Broz Tito. Tito autorizou a utilização da língua albanesa como uma das línguas oficiais da Província Autónoma do Kosovo e proibiu o regresso dos sérvios que se tinham fixado no Kosovo, fechando de seguida as fronteiras Sérvias, em 1948. A população sérvia no Kosovo era considerada a minoria sérvia kosovar.

De 1989 a 1997, Slobodan Milosevic foi o Presidente da Sérvia, e de 1997 a 2000, “Sloba”, como era também chamado, tornou-se Presidente da República Federal da Jugoslávia. O seu poder cresceu num ritmo idêntico ao do sentimento nacionalista sérvio que tinha já levado a hediondos crimes de guerra na Bósnia e na Croácia. O Acordo de Dayton de 1995 colocou fim ao conflito entre a Bósnia e Herzegovina e a Croácia, numa tentativa de trazer a paz aos Balcãs. Um ano mais tarde, em 1996, o famoso líder kosovar, Ibrahim Rugova, tentou estabelecer relações diplomáticas com Milosevic, bem como persuadi-lo a permitir que o Kosovo decidisse de forma autónoma qual o sistema educacional que mais lhe convinha, e em que língua – a albanesa. O resultado desta tentativa foi o escárnio de Milosevic para com Rugova, como forma de demonstrar quem detinha o poder. Milosevic enviou forças policiais sérvias para a capital do Kosovo, Pristina, para pôr um fim aos protestos estudantis através do uso da força. Para evitar pressões externas e para ocultar os acontecimentos, os meios de comunicação internacionais foram impedidos de entrar no Kosovo durante este período. Os confrontos internos com as forças sérvias tornaram-se mais frequentes, e em 1998, após a dissipação do exército sérvio pelo Exército de Libertação do Kosovo (ELK), Milosevic procurou vingar-se, enviando viaturas militares pesadas, artilharia e infantaria, levando ao desalojamento de 250.000 pessoas; muitas perderam a vida e ainda hoje se desconhece o paradeiro de milhares de pessoas (Macshane, 2011, pp. 40-46).

Em 1999, as forças da OTAN puseram um fim a estes crimes após o bombardeamento intensivo da Jugoslávia durante 78 dias destinado a aliviar o Kosovo do seu opressor. Mesmo antes desta intervenção, o Plano Ahtisaari estava já na sua fase conceptual. A finalidade do plano era dupla: primeiro, tinha o objetivo de dar ao Kosovo uma base para a autonomia e segundo, daria ao Kosovo a oportunidade de promover a normalização de relações e de estimular um diálogo diplomático entre a Sérvia e o Kosovo. O conteúdo do Plano Ahtisaari será discutido em maior profundidade mais adiante neste artigo, mas em termos gerais, o

que fez foi fundamentalmente dar ao Kosovo uma base para a sua Constituição, dez anos mais tarde, dando-lhe a oportunidade de se declarar um Estado independente. Apresentava a possibilidade de uma sociedade multi-étnica e multicultural, em que os sérvios kosovares possuiriam competências extra para a integração. De certa forma, este plano terá sido também a semente que deu origem ao Primeiro Acordo de Princípios que regem a normalização das relações, que se tornou uma realidade a 19 de Abril de 2013, data em que foi assinado pelo Primeiro Ministro da Sérvia, Ivica Dacic, e pelo Primeiro Ministro do Kosovo, Hashim Thaçi, mediado pela Alta Representante da União Europeia, a Baronesa Catherine Ashton.

O Primeiro Acordo de Princípios que regem a normalização das relações, também conhecido como Acordo de Normalização, Primeiro Acordo, ou mais generalizadamente, o “Acordo de Bruxelas”, consiste em quinze artigos, seguidos de um plano de implementação. O Artigo 1 é de vital importância para esta pesquisa, pois prevê a criação de uma Associação/Comunidade de municípios de maioria sérvia (AMS). Esta associação tem como principal objetivo preservar a identidade dos sérvios kosovares, dando a esta minoria étnica a oportunidade de se integrar no Kosovo.

O objetivo deste artigo é de analisar as razões para a necessidade desta Associação, quais os factores determinantes para as partes envolvidas no processo de negociação e se estes foram suficientes ou se haverá mais do que o que está à vista, a forma como o processo de implementação está a evoluir e quais os obstáculos encontrados, começando com os factos históricos que abriram o caminho para a independência do Kosovo.

Uma vez que a história dos Balcãs não consegue ocultar o seu passado turbulento, este processo irá revelar se há efectivamente uma reconciliação construtiva, coesão social e perspectivas de um futuro melhor, ou se se tratará de uma agenda que beneficia apenas algumas das partes interessadas.

1. Quadro Conceptual

1.1. Reconciliação

O quadro conceptual dará sentido a este trabalho de pesquisa, providenciando a lente através da qual foi conduzida esta análise e uma forma de compreender os dados qualitativos.

Há uma dupla compreensão da reconciliação: é definida ao mesmo tempo como um objetivo e como um processo; enquanto o objetivo implica uma aspiração positiva de encontro ao futuro, o processo, por outro lado, é a compreensão fundamental da situação, e o trabalho efetivo e pro-ativo para a realização do objetivo (Bloomfield, et al., 2003, p. 12).

A compreensão real de um processo de reconciliação nesta área de estudos implica a compreensão do verdadeiro significado de reconciliação. Para o efeito, os académicos estabeleceram uma definição básica de três pontos para este conceito:

- É um processo de longa duração e a sua cronologia não pode ser imposta.
- É um processo de elevada complexidade, que exige uma mudança de postura, de ambições, de emoções, e talvez mesmo de ideologia.

- Aplica-se a todos os que estiverem envolvidos. A postura e ideologia da comunidade ou comunidades no centro do conflito estão na base da abordagem. Há um elemento crucial para a reconciliação, a postura, o preconceito e os estereótipos desenvolvidos *vis-à-vis* “o inimigo” (Bloomfield, et al., 2003, p. 13).

O conceito de reconciliação *thick* e *thin* foi introduzido nesta área e é imprescindível para este enquadramento. A reconciliação *thick* floresce de um tratado de paz que resulta no consenso entre as partes envolvidas, enquanto a reconciliação *thin* é um processo em que uma das partes tolera a outra, ou em que uma parte está disposta a sujeitar-se à autoridade da outra. Neste caso, a reconciliação é instável¹.

Uma compreensão final deste conceito levará à coexistência normal entre grupos adversários, apresentando três níveis de coexistência durante o processo de reconciliação:

- Coexistência superficial, onde a interação social entre grupos divididos ideologicamente só se dará através de uma disposição. Esta é uma forma de apartheid social.
- Coexistência moderada, onde os indivíduos interagem por preferência mútua. A interação inicia-se devido às relações profissionais, como a aquisição de bens e serviços. O respeito entre indivíduos e grupos é recíproco.
- Coexistência forte, assente numa sociedade multicultural onde diferentes grupos étnicos estarão interligados e funcionarão normalmente em todos os níveis da sociedade.

É difícil dizer, ao lidar com um objetivo dependente do contexto, se esse objetivo foi atingido, pois é um fenómeno multidimensional que afeta todos os níveis da sociedade, do indivíduo a grupos de indivíduos.

2. O Plano Ahtisaari

Após os protestos nos enclaves sérvios no Kosovo em 2004, a comunidade internacional (o Grupo de Contacto e os Quint) decidiram negociar de forma pro-ativa para impedir um agravamento dos protestos violentos.

O Grupo de Contacto, composto pela Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, EUA e Rússia deu início ao processo que levou à fundação dos futuros princípios para o Kosovo. Para este efeito, o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, apelou ao antigo Presidente da Finlândia, Martii Ahtisaari, pedindo-lhe que liderasse o processo de mediação com vista à obtenção de um acordo. Ahtisaari mediou e negociou um acordo entre a Sérvia e o Kosovo, chegando a um compromisso que serviria às partes envolvidas e que ao mesmo tempo evitaria novos danos. Consequentemente, esta conferência diplomática resultou na Proposta Global para a Determinação do Estatuto do Kosovo (PGD), que ficou conhecida como Plano Ahtisaari.

¹ Para mais informações sobre a definição de reconciliação, consultar: <http://www.peacebuildinginitiative.org/>, [Consult. 13 Dez 2013].

Em 2007, o Grupo de Contacto foi dissolvido. *De facto*, a Rússia permaneceu um parceiro forte e leal da Sérvia e não aprovou quaisquer tentativas de conferir a independência ao Kosovo. A Rússia defendia que numa região já de si frágil, um Kosovo independente funcionaria como um precedente, motivando outras regiões a dar também um passo em direcção à independência. Era já evidente que uma nova Resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre esta questão não surtiria qualquer efeito. O Grupo de Contacto transformou-se nos Estados “Quint”, contando com todos os antigos Estados, à exceção da Rússia. Estes irão supervisionar o processo daquele momento em diante.

Em 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo declarou a sua independência. Entretanto, o Plano Ahtisaari tinha já sido redigido a 26 de março de 2007. Teve um papel preponderante na declaração de independência do Kosovo, pois proporcionou-lhe os alicerces para o fazer. O plano foi executado em coordenação com o Gabinete Civil Internacional (GCI), que integra a missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX). A 9 de abril de 2008, a Assembleia do Kosovo aprovou as recomendações nos quinze artigos e doze anexos que os elaboram, entrando em efeito a 15 de junho de 2008 (*Ministry of Foreign Affairs*, 2009, p. 11). O Plano centrava-se na proteção dos direitos, identidade e cultura das comunidades não-albanesas do Kosovo, proporcionando-lhes uma participação activa na sociedade. A legislação prevista no Plano Ahtisaari providenciou as raízes para o desenvolvimento de uma constituição e para a posterior implementação das suas disposições, transformando-a no modelo para a democracia no Kosovo. O Plano não foi efetivamente implementado no norte do Kosovo, apesar das disposições existentes para o norte e para os sérvios kosovares no norte (*International Crisis Group*, 2012).

A minoria étnica dos sérvios kosovares no norte teria direito, de acordo com o Plano, a instituições locais próprias dentro do quadro de uma sociedade multicultural no Kosovo, tal como menciona o Artigo 13.1 do Anexo III:

- “No território do actual município de Mitrovice/Mitrovica serão estabelecidos dois novos municípios, Mitrovice/Mitrovica Norte e Mitrovice/Mitrovica Sul, cujas respetivas fronteiras municipais estão delineadas no anexo a este Anexo III.” (Proposta Global para a Determinação do Estatuto do Kosovo, 2007).

Para além disso, estes municípios de maioria sérvia no Kosovo terão um certo grau de autonomia no que diz respeito aos sectores da saúde, educação e assuntos sociais, bem como um comandante da polícia próprio. Em relação à questão fundamental do financiamento, este é da responsabilidade de Pristina e de Belgrado, através de associações ligadas aos respetivos municípios, para que os fundos possam ser transferidos e contabilizados num processo transparente.

A cooperação com Belgrado é então permitida, na condição de que o Ministério do Governo e da Administração Local do Kosovo seja devidamente informado, conforme o Artigo 10.2 – Anexo III (Proposta Global para a Determinação do Estatuto do Kosovo, 2007). A participação na sociedade por parte das minorias é essencial e possui um conjunto

próprio de instrumentos, como sessões governamentais com proteção adicional por parte da administração de Pristina para minorias e fiéis religiosos, tal como a Igreja Ortodoxa Sérvia (IOS), uma das Igrejas Cristãs Autocéfalas. Os elementos adicionais previstos neste plano incluem mecanismos de transparência, Estado de direito, educação, cultura, língua, tribunais, alfândega, infraestruturas e saúde.

2.1. Competências Municipais

As disposições e competências dos municípios são estabelecidas no Anexo III do Plano Ahtisaari, que aponta competências especiais para Mitrovica Norte, Artigo 4.2. Determina que os sérvios do norte do Kosovo poderão participar no processo legislativo através de eleições e da Assembleia Nacional. O Artigo 3 do Anexo III, Competências Municipais, estabelece uma extensa lista de competências em diversos setores da sociedade. De particular relevância nestas disposições é o facto de Belgrado ter a possibilidade de exercer o seu poder e influência no âmbito dessas competências, através da cooperação e da coordenação com os municípios locais. O sistema de intervenção governamental central deveria estar ciente das decisões negociadas entre os municípios locais e Belgrado, o que criou um conflito de interesses triangular entre os municípios, Pristina e Belgrado. A questão do poder é extremamente sensível nesta matéria e, para resolver este problema, a entidade mediadora (a UE) fez uma alteração ao Artigo 6.2, declarando que caso um acordo de competências fosse alcançado entre um município maioritário e Belgrado que não infringisse quaisquer normas ou valores europeus e que não tivesse impacto direto fora das fronteiras do município em causa, a decisão seria final e entraria em vigor. Em todo o caso, se existisse uma questão em que em que as partes do triângulo não conseguissem chegar a um consenso, esta seria apresentada perante três juízes internacionais que avaliariam o problema de acordo com as normas europeias, Artigo 6.1.3 – Anexo I.

2.2. Cooperação com a Sérvia

Tal como ficou estabelecido, os municípios de maioria sérvia no Kosovo estão autorizados a fomentar cooperação com a Sérvia, dentro das suas competências estipuladas, e a notificar as autoridades em Pristina, Artigo 10 – Anexo III. A Sérvia tem a possibilidade de providenciar ajuda técnica e financeira para fomentar o desenvolvimento das competências locais. A transparência é de grande importância, uma vez que é necessária para que o município local possa fornecer um documento de conceito ao Ministério do Governo e da Administração Local do Kosovo; uma vez concluído este passo, as autoridades podem fazer alterações ao quadro de recursos técnicos e financeiros. Se as alterações não forem satisfatórias após uma análise mais aprofundada, o caso é entregue a um tribunal local (Gallucci, 2011).

2.3. Competências Adicionais para Mitrovica do Norte

Mitrovica do Norte beneficia de competências adicionais nos sectores da educação superior e da saúde, como refere o Artigo 4 – Anexo III, tais como: a possibilidade de registar novas instituições educacionais e relacionadas com a saúde, criar novos empregos, tomar decisões salariais, criar oficinas para os serviços administrativos, professores universitários e pessoal da saúde. As universidades locais e hospitais passaram então a ser da responsabilidade de Mitrovica do Norte e da Sérvia. Esta decisão acabou por criar problemas significativos, pois a responsabilidade financeira ficava com Belgrado e Pristina; não era incomum serem pagos salários em duplicado ou em triplicado devido à ausência de uma revisão salarial sistematizada.

De acordo com o Plano, o Kosovo deveria ter duas línguas oficiais, o albanês e o sérvio, o que permitiria aos habitantes escolher a língua da sua educação académica. O Artigo 7 do Anexo III autorizaria o governo central em Pristina a decidir que tipos de livros ou disciplinas académicas estariam disponíveis (Gallucci, 2011). O motivo pelo qual isto sucedia é concomitante às interpretações da história regional e bilateral vivida por ambos os lados.

Tal como mencionámos anteriormente, Mitrovica é dividida em dois pelo Rio Ibar e possui um conselho especial composto por cinco membros: dois escolhidos por Mitrovica Sul, dois por Mitrovica Norte e um quinto membro vindo do Gabinete Civil Internacional (GCI).

Para evitar o caos, os municípios no norte do Kosovo teriam de seguir o conjunto de diretrizes gerais aplicado a qualquer instituição do seu género, a nível nacional, para assegurar que os albaneses, a maioria étnica do Kosovo, não fosse confrontada com diferenças de maior. Outro dos instrumentos utilizados para criar um ambiente favorável de igualdade foi o agendamento das eleições municipais do norte para a mesma data das demais eleições do mesmo nível no Kosovo, supervisionadas pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), disfarçando assim o facto de que apesar das eleições municipais serem essencialmente as mesmas, uma serve os objetivos de uma maioria municipal de sérvios kosovares no norte, e as restantes eleições no país funcionam como eleições abertas a qualquer partido político, de qualquer região do espectro político.

Mitrovica Norte beneficia de tratamento especial no quadro do Plano Ahtisaari, o que põe em evidência o facto de não ser invulgar a afirmação de que já em 2008 os sérvios tinham privilégios efetivos no Kosovo.

O Plano Ahtisaari, juntamente com o plano de seis pontos da ONU², possibilitou aos sérvios no Kosovo funcionar sob duas administrações públicas distintas. A intenção subjacente era a de prevenir qualquer agravamento em manifestações violentas e de manter a integridade política e territorial do Kosovo. A pressão exercida pelos Estados Quint tornou a elaboração do Plano Ahtisaari no primeiro esforço oficial para resolver o problema do Kosovo do Norte de forma diplomática e sem violência significativa.

² Para mais informações sobre os funcionários do Compromisso do Kosovo (Kosovo Compromise Staff), consultar: <http://www.kosovocompromise.com/cms/item/topic/en.html?sectionId=5>, [Consult. 26 nov. 2008].

3. Os sérvios do norte do Kosovo e o Acordo de Normalização – AMS

A região norte do Kosovo possui quatro municípios de interesse para este trabalho de pesquisa: Leposavic, Zubin Potok, Zvecan e Kosovska Mitrovica. Nestes quatro municípios, o Forum for Ethnic Relations (Fórum para as Relações Interétnicas) de Belgrado e o Centre for Communities Development of Kosovska Mitrovica (Centro de Desenvolvimento Comunitário de Kosovska Mitrovica) conduziram um inquérito, que concluiu que, surpreendentemente, 70% de sérvios do norte do Kosovo não tinham lido o acordo de normalização de 19 de abril de 2013. Uma explicação para este facto poderá ser a forma pouco clara como as negociações foram conduzidas, longe dos olhares do público. As populações tanto do Kosovo como da Sérvia não foram envolvidas no processo de negociação e não foram consultadas em relação aos artigos de quinze pontos que compõem o acordo (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, p. 1). Belgrado consultou unicamente o presidente da Câmara de Kosovska Mitrovica Norte durante o processo de concessão e para outros assuntos relacionados até ao final das negociações do acordo³.

O facto destas negociações terem sido conduzidas de forma não-transparente causou consternação nestes quatro municípios de maioria sérvia. Havia um clima de insegurança e preocupação *vis-à-vis* as instituições locais, pois os habitantes da região ignoravam o que lhes iria suceder; se essas instituições seriam entregues a Pristina, devido ao facto de muitas dessas instituições (paralelas) ainda estarem sob a administração de Belgrado, com Belgrado a enfrentar já um défice orçamental insustentável, ou ainda se Belgrado pretendia manter a sua influência na região. As estatísticas do desemprego e das oportunidades de emprego no sector público, a incerteza do financiamento, da segurança social, da saúde e da educação eram alvo de grande preocupação (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, p. 4).

O estabelecimento da Associação/Comunidade de municípios de maioria sérvia (AMS) no norte do Kosovo e as suas características estruturais também não ficaram claros, apesar de serem uma parte da vida quotidiana dos sérvios. O motivo para a falta de clareza e para as inseguranças sentidas pela população local faz parte de um jogo em que são participantes o triângulo da UE, da Sérvia e do Kosovo.

3.1. Interesses e actividades políticas

O nível de interesses e actividades políticas das comunidades locais é mais elevado em Zvecan, seguido de Leposavic, Zubin Potok e mais baixo em Kosovska Mitrovica. Uma análise das preferências políticas entre eleitores de esquerda e de direita por região indica que Kosovska Mitrovica, Lopusavic e Zubin Potok estão à esquerda do espectro político, o que se justifica pela prioridade dada ao mercado laboral, ao combate ao desemprego, à saúde, à educação e ao fosso entre classes sociais. A direita política tem maior presença em Zvecan devido à prioridade dada à segurança da população.

³ Informação recolhida através de entrevistas a representantes e diplomatas da UE em Pristina e Belgrado, conduzidas durante o período de pesquisa, entre março e abril de 2014.

A interpretação do “Acordo de Bruxelas” pelas minorias étnicas destes quatro municípios é preocupante. O facto de 70% dos habitantes não terem lido o acordo, não estarem cientes da sua existência, não conhecerem o seu conteúdo ou não conseguirem discernir uma interpretação correta dos artigos devido às suas carências educacionais gerou mais confusão no que diz respeito a quem tem influência e a quem poderá disso beneficiar. Quanto ao processo de implementação, as diferentes interpretações podem ser passíveis de manipulação. Todos estes problemas traduziram-se numa visão geralmente negativa do acordo, em especial por parte das populações sérvias no norte do Kosovo (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, pp. 7-11). O que nos leva novamente à inexistência de uma consulta das minorias étnicas de interesse durante o processo de negociação, algo que deveria ter sido tratado com mais transparência pela parte mediadora – a União Europeia -, ou talvez tenha sido esta a intenção da UE e da mediadora principal, Catherine Ashton, que procurava registar um sucesso significativo nos Balcãs Ocidentais antes do término do seu mandato como Alta Representante e antes das eleições para o Parlamento Europeu e da nomeação de um novo Presidente da Comissão Europeia em 2014.

A insegurança sentida por estas populações continua bem presente, especialmente no que diz respeito ao financiamento do sector público. Os mecanismos de financiamento de Pristina para os projetos sociais são vistos como hostis e pouco claros, mas o apoio financeiro de Belgrado também se depara com algum ceticismo. Na verdade, o governo de Belgrado encontra-se a braços com os seus próprios problemas financeiros, devido à quantia exorbitante do seu défice orçamental, e veria com bons olhos uma diminuição das despesas com o Kosovo do norte. Ainda assim, Belgrado dá aos sérvios do Kosovo uma soma anual de €500 milhões e é pouco provável que isso se altere em 2015. A única diferença será que esta soma terá de ser canalizada através da AMS (*Kosovo Media Monitor*, 2013). Os €500 milhões destinam-se a “operar o Estado e o governo local, as empresas e instituições públicas na província.” É provável que se verifiquem entraves ao processo, pois a lei do Kosovo relativamente ao financiamento local dita que não é permitido que esses rendimentos sejam canalizados através da AMS. A Sérvia tem duas opções: investir a quantia diretamente nos quatro municípios ou transferi-la para o governo em Pristina, o que não é provável (Malazogu, et al., 2014, p. 4).

Um outro motivo para esta insegurança é mais compreensível se tivermos em conta o fator da identidade. Assim, os sérvios do Kosovo não querem que as suas crianças aprendam história albanesa, *vis-à-vis* as diferentes interpretações históricas de sérvios, albaneses, bósnios, montenegrinos, macedónios, croatas e Estados-membros da OTAN. A falta de uma educação na língua sérvia é uma preocupação adicional. O cerne do problema reside numa questão de identidade⁴.

O conceito subjacente à Associação/Comunidade dos Municípios de maioria sérvia (AMS) é o de preservar a identidade dos sérvios do norte do Kosovo e permitir que estes se integrem e sejam aceites como cidadãos do Kosovo. A AMS não deixa de ter os seus próprios problemas. Por exemplo, para os sérvios do Kosovo na região, as competências são

⁴ Informação recolhida através de uma entrevista com diplomatas da UE em Belgrado em 28 de março de 2014.

insuficientes e os estatutos não são satisfatórios. Podemos consultar estas competências no Artigo 4 do acordo de normalização, que declara que a AMS terá uma visão geral sobre os sectores do desenvolvimento económico, educação e planeamento rural e urbano. Não possui capacidades legislativas ou poderes judiciais, e é por essa razão considerada precária, uma instituição em que os sérvios do norte do Kosovo não podem fazer valer ou influenciar os seus direitos. As disposições dos estatutos tiveram menor popularidade em Zvecan, com 24% de aceitação, e maior popularidade em Kosovska Mitrovica, com 53.1% (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, p. 10).

Como podemos verificar no título do acordo, este inclui a expressão “normalização de relações”, o que se torna evidente se considerarmos que uma das suas finalidades era a de estabelecer uma relação “normal” entre o Kosovo e a Sérvia. Como temos vindo a verificar, a realidade torna este propósito algo superficial, à medida que analisamos o que isso significa, e para quem. É uma prioridade da União Europeia minimizar a corrupção, os delitos criminais, o crime organizado e os conflitos junto das suas fronteiras para prevenir um efeito “*spillover*” que possa instigar mais instabilidade na região. Sendo assim, em suma, a reconciliação teria um valor elevado para a UE. Para os sérvios kosovares no norte, o acordo não é visto como um caminho para um futuro melhor. Dois terços, cerca de 65% dos inquiridos, estão convencidos de que a sua situação se irá complicar após o processo de implementação. A opinião sérvia não se altera significativamente nas regiões central e sul do Kosovo. 56% da população está ainda pessimista em relação aos efeitos esperados após a implementação, pois temem deixar de ter o apoio de Belgrado e ser marginalizados por Pristina assim que o processo de implementação esteja concluído (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, p. 11).

Durante as eleições municipais no Kosovo em 2013, o descontentamento era elevado entre os sérvios kosovares, que se sentiam manipulados por serem “obrigados” a participar em eleições nacionais, o que por seu lado era visto como o reconhecimento do Kosovo como um Estado independente e soberano. As eleições municipais de 3 de novembro de 2013 estavam previstas no acordo, Artigo 11 – que declara que estas eleições terão lugar nos municípios do norte com a colaboração da OSCE, de acordo com a lei kosovar e com as normas internacionais. A OSCE supervisionou o processo eleitoral juntamente com a Comissão Central de Eleições do Kosovo, colocando dois funcionários públicos em cada mesa (Ejdus, et al., 2013, pp. 4-5). A participação nestas eleições – reconhecendo assim o Kosovo como um único Estado – desenrolou-se em simultâneo com o uso de intimidação por parte de presidentes das câmaras locais e representantes dos sérvios do norte do Kosovo, que utilizaram propaganda e boicotes com vista a dificultar a participação. O medo de perder o emprego e a intimidação foram as forças motrizes das eleições de 3 de novembro. As razões que levaram ao uso destas táticas foram: as eleições eram ilegais; eram as eleições do Kosovo; ou as eleições iam contra a Constituição sérvia (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, p. 11).

O governo da Sérvia lutou intensamente para que a Srpska (Iniciativa Civil Srpska) se tornasse a lista maioritária, o que era do seu interesse, fazendo com que a opinião pública considerasse dúbia a credibilidade dos candidatos. Graças a este esforço, o número de

eleitores recenseados aumentou significativamente. 11 de setembro de 2013 era a data limite para registrar novos eleitores, data que foi adiada para 17 de setembro de 2013 (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, pp. 11-12). Belgrado submeteu 40000 novos nomes de sérvios kosovares deslocados, de entre os quais 6600 foram aprovados. Os restantes 33400 não puderam apresentar provas legítimas do seu direito ao voto. Belgrado pressionou Bruxelas a permitir que um número adicional de 12000 sérvios kosovares se juntasse ao eleitorado, o que veio a acontecer (Ejdus, et al., 2013, p. 5). A oposição considerou a alteração súbita da data, seguida da permissão para adicionar milhares de eleitores extra e da intimidação ao voto na Srpska como uma movimentação de influências com vista a corromper o resultado (*Forum for Ethnic Relations*, 2013, pp. 11-12).

O poder da Srpska é sobejamente conhecido em praticamente todos os municípios de maioria sérvia no Kosovo. A Srpska tem preponderância em Kosovska Mitrovica Norte, em Leposavic, Zvečan e Zubin Potok na região norte do Kosovo e em Gracanica, Novo Brdo, Ranilug, Partes e Klokot no sul, com uma única exceção em Strpce, onde não há uma maioria sérvia (Malazogu, et al., 2014).

Em Pristina existe alguma preocupação com cinco dos municípios do sul, de maioria sérvia e onde o Srpska domina, pois estes poderão distanciar-se da capital e procurar cooperar e colaborar com os municípios do norte do Kosovo, havendo o perigo de se criar uma região de resistência autónoma. Dependendo da lente através da qual se observe, podemos concluir que existe uma ameaça de uma região autónoma dentro do Kosovo (a AMS), assim como o Kosovo é uma região autónoma dentro da Sérvia. Surge um problema adicional para o processo de normalização ou reconciliação *vis-à-vis* a coesão social interna; olhando para as outras minorias étnicas no Kosovo, por exemplo: goranis (minorias eslavas convertidas ao Islão), bosníacos/muçulmanos eslavos (linhagem eslava do sul), croatas, roma, ascális e egipcianos dos Balcãs e turcos kosovares (UNHCR & OSCE, 2001, pp. 20-45), poder-se-ia evidentemente afirmar que os sérvios kosovares possuem um estatuto especial dentro do Kosovo, contrariamente a outras minorias étnicas. Uma prerrogativa sérvia associada a uma forma seletiva de discriminação positiva, que poderá afetar de forma negativa a sociedade civil no Kosovo⁵.

3.2. Quadro Jurídico Aplicável

Na constituição da Sérvia, o Kosovo ainda é visto como uma região fulcral para a integridade territorial e soberania da República da Sérvia. Se agora nos debruçarmos sobre o Artigo 2 do acordo de normalização, vamos encontrar os fundamentos legais para a criação da AMS: “As garantias jurídicas serão providenciadas pelo direito aplicável e pelo direito constitucional”. Este “direito aplicável” gerou confusão entre académicos, políticos e para a Sérvia tanto como para o Kosovo, pois não é especificado qual o direito aplicável que irá vigorar. Complicando ainda mais este estado de coisas, o artigo 19(2) da Constituição do Kosovo estipula que “os acordos internacionais ratificados e as normas vinculativas do direito internacional têm

⁵ Informação recolhida através de uma entrevista com um representante oficial da UE em Pristina a 26 de março de 2014.

superioridade em relação às leis da República do Kosovo⁶, mas a Constituição do Kosovo não reconhece organizações a nível regional, tal como a AMS⁷. Simplificando, apenas as organizações centrais ou locais são reconhecidas pelo quadro jurídico. A AMS não pode ser registada como uma organização não-governamental (ONG) pois possui competências regionais; assim, os fundamentos jurídicos para a AMS continuam a ser problemáticos.

Na sua Sessão Extraordinária realizada a 13 de janeiro de 2013, a Assembleia Nacional da Sérvia adotou uma Resolução sobre o Kosovo e Metohija, sobre os princípios fundamentais para o diálogo político com instituições provisórias de governo autónomo no Kosovo-Metohija (Armakolas & Maksimovic, 2013). Num contexto mais amplo, determina que quaisquer futuras negociações com Pristina deverão estar de acordo com esta Resolução, com a Constituição da Sérvia e com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU. O conteúdo da Resolução acentua o papel importante que a “província autónoma do Kosovo-Metohija” desempenha para a política, economia, segurança e identidade cultural da República Sérvia (B92, 2013a). Para compreender a importância da questão, devemos lembrar-nos que, para o povo sérvio, o Kosovo é o coração da Sérvia (Judah, 2008, p. xix). Como referido no Artigo 1(a) da Resolução, “A República da Sérvia, em concordância com o direito internacional, a Constituição e a vontade do povo, não reconhece e nunca reconhecerá a independência declarada unilateralmente pelo Kosovo” (B92, 2013a). Três meses mais tarde, em abril de 2013, o acordo de normalização foi assinado. É difícil compreender como a AMS será implementada num quadro jurídico que, para Belgrado, está dentro do quadro jurídico da Sérvia, e que para Pristina está dentro do quadro jurídico do Kosovo. A opinião de Pristina é que a elite política de Belgrado estava ciente da questão durante as negociações, tendo concordado com o funcionamento da AMS somente dentro do quadro jurídico do Kosovo⁸. O governo em Belgrado, através de conversações informais, estava de facto ciente da autoridade legal de Pristina para presidir à AMS, mas *vis-à-vis* a sua população e políticos, não podia mostrar sinais de fraqueza⁹.

A administração da AMS assenta em estatutos e é um dos aspetos de maior importância para o processo de implementação. Em junho de 2013, Ivica Dacic, antigo primeiro ministro da Sérvia e Hashim Thaçi, primeiro ministro do Kosovo, tomaram a decisão de reunir a equipa de administração, Artigo 2 do plano oficial de implementação. A equipa é composta por quatro representantes dos quatro municípios do norte do Kosovo. A Sérvia tem o privilégio de escolher estes indivíduos sem a interferência de Pristina, assegurando uma cooperação estável. Como vem determinado no Artigo 2, a primeira conversa da equipa de administração terá o intuito de redigir uma proposta de estatuto. Belgrado tem um papel de supervisão, mas ao mesmo tempo Pristina decidiu redigir uma proposta de estatuto própria e enviar os documentos para

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar a Constituição da República do Kosovo: <http://kryeministri-ks.net/zck/repository/docs/Constitution.of.the.Republic.of.Kosovo.pdf>, [Consult. 4 dez. 2013].

⁷ Informação recolhida através de uma entrevista com um representante da UE no gabinete da UE em Pristina, a 27 de março de 2014.

⁸ Informação recolhida através de uma entrevista com representantes e diplomatas da UE em Pristina, em 27 de março de 2014.

⁹ Informação recolhida através de entrevistas com diplomatas da UE e um funcionário do Fórum para Relações Interétnicas em Belgrado, em abril de 2014.

Bruxelas para aprovação. A proposta de Belgrado é baseada no Artigo 3 do Primeiro Acordo, um estatuto composto por um Presidente, por um vice Presidente, por uma Assembleia e por um Conselho, mas através da nomeação unilateral de cargos, enquanto Pristina optou por uma regra de maioria. As duas propostas não tinham nada em comum, o que fez com que o processo fosse adiado até novas negociações (Malazogu, et al., 2014).

O CEPS (Center for European Policy Studies – Centro de Estudos de Política Europeia), o BCSP (Belgrade Centre for Security Policy – Centro de Política de Segurança de Belgrado), o D4D (Democracy for Development – Democracia para o Desenvolvimento) e o PISM (Polish Institute of International Affairs – Instituto Polaco de Assuntos Internacionais) colocam a hipótese de que, devido à confusão gerada e às indicações pouco claras relativamente ao quadro jurídico aplicável, a Sérvia instruiu os presidentes da câmara dos municípios de maioria sérvia a colocar entraves, ou mesmo a ignorar totalmente a cooperação com Pristina, o que terá tido um impacto tremendo em todo o processo de implementação (Malazogu, et al., 2014). Usando um exemplo para verificar esta hipótese, podemos debruçar-nos sobre os boletins de voto oficiais durante as eleições de 3 de novembro de 2013 e sobre os incidentes que tiveram lugar nesse dia e que obrigaram a que se repetissem as eleições a 17 de novembro de 2013. Os boletins de voto oficiais vieram de Pristina com o brasão do Kosovo, algo inaceitável para a Sérvia e para os sérvios kosovares. A UE e a OSCE providenciaram uma solução simples através da colocação de autocolantes a cobrir os escudos, que seriam removidos posteriormente, o que permitiu a retomada das eleições. Isto demonstra que a UE é flexível, quando isso é necessário para fazer cumprir os seus objetivos. Mas a UE também tem sofrido contratempos no âmbito do acordo de normalização, como por exemplo, no Artigo 2, onde é mencionado o “direito constitucional”, o que é incompatível com o vocabulário legal e judiciário do Kosovo, dando a oportunidade a Belgrado para, mais uma vez, entender o “direito constitucional” como o seu (Malazogu, et al., 2014).

4. Determinantes para a UE

A União Europeia passou anos a promover e a trabalhar para a paz e segurança internacionais na região dos Balcãs. Este facto demonstra a importância vital do sucesso nos Balcãs e, para efeitos desta pesquisa, do sucesso no Kosovo e na Sérvia para a UE, para as suas instituições, organizações e para os indivíduos que trabalham sob esta “égide”. Quinze anos se passaram desde que o Conselho Europeu estabeleceu a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) em junho de 1999. Entretanto, o Tratado de Lisboa alterou o nome da PESD, que é agora chamada Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), ainda parte integral da Política Externa e de Segurança Comum (PESC)¹⁰.

A maior missão planeada pela UE dentro do quadro da PESD teve lugar a 16 de fevereiro de 2008, e ficou conhecida como EULEX Kosovo. Esta missão é de maiores dimensões do que outras missões da PESD, como a EUPM na Bósnia, a EUPOL a Afeganistão, a EUJUST

¹⁰ Para informações adicionais sobre o Tratado de Lisboa, consultar: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0026_en.htm, [Consult. 7 mai 2010].

LEX no Iraque, a EUPOL COPPS na Palestina e a EUMM na Geórgia. O objetivo da missão civil EULEX é providenciar assistência, fortalecer as Instituições de Estado de Direito do Kosovo (polícia, tribunais e alfândega), e orientar, acompanhar e aconselhar as autoridades do Kosovo. A EULEX é abrangida pela Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, de 1999 (OTAN, 1999). É sobejamente sabido o facto de que o Kosovo é de importância extrema para a UE no âmbito do quadro do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)¹¹. Um corpo de 1250 indivíduos internacionais e 1000 locais leva a cabo esta missão. O orçamento anual ronda os €111 milhões. A missão EULEX, cumprindo a decisão de todos os 28 Estados membros da União Europeia em junho de 2014, foi prolongada até 14 de junho de 2016. É providenciado apoio ao cumprimento de objetivos-chave, tais como o processo de liberalização de vistos, o Processo de Estabilização e de Associação (PEA) (Gabinete da UE no Kosovo, s.d.), e o diálogo Belgrado-Pristina¹².

A presença da UE no Kosovo e na Sérvia foi determinada através de uma decisão multilateral que envolveu pressão considerável por parte dos Estados Quint. Os Estados Quint são aqui considerados o Diretório criado a 17 de setembro de 1958 pelo antigo Primeiro Ministro Charles de Gaulle, o antigo Primeiro Ministro britânico Harold MacMillan e o antigo Presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, com o objetivo de reformar a OTAN, fomentando a cooperação global para políticas de segurança e gerindo armas de destruição maciça (ADM). Após anos de negociações, o Diretório foi implementado durante a cimeira informal de Gymnich em abril de 1974. Os Estados membros aceitaram consultar com os EUA de forma bilateral mesmo antes das decisões terem sido tomadas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros. Os Diretórios Políticos e os Grupos de Trabalho dos níveis mais baixos das instituições da UE não foram consultados. Em 1980, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália concordaram oficialmente em coordenar com os EUA em todos os níveis do processo de tomada de decisão, algo que não foi aceite pela França, pois os EUA tinham adquirido um estatuto quase permanente no processo de tomada de decisão da UE (Gegout, 2002, pp. 1-2).

No início, o então chamado Grupo de Contacto era composto pela Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, EUA e Rússia. Após a desagregação da Jugoslávia a 25 de junho de 1991, o Grupo de Contacto reuniu-se na Conferência de Londres em 1994 para debater a crise na Bósnia. No Tratado de Maastricht, apenas a Presidência rotativa da UE e a Troika tinha poderes para implementar a PESC, poderes que mais nenhuns órgãos partilhavam. A primeira alusão à existência do Grupo de Contacto verificou-se durante a crise no Kosovo em 1998, quando este foi mencionado aquando do Concelho “Assuntos Gerais” CAG durante a discussão do tópico dos Balcãs Ocidentais (Europa, 1998). A Rússia tornou-se essencialmente um problema nas negociações com a OTAN; assim, os Estados Quint foram retomados (os *Big Four* e os EUA). As reuniões e o processo de tomada de decisão dos Estados Quint estão rodeados de secretismo, de tal forma que raramente incluem a Comissão Europeia ou a Presidência rotativa no seu

¹¹ Para mais informações sobre as missões civis de Estados membros da UE no Kosovo, consultar: http://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/peace_operations/with_belgian_participation/esdp/civil_operations/, [Consult. 22 abr. 2013].

¹² Para mais informações sobre este diálogo, consultar o link para a Acção Externa da União Europeia: http://eeas.europa.eu/dialogue-pristina-belgrade/index_en.htm, [Consult. 15 fev. 2013].

processo de negociação ou consulta. As reuniões realizam-se no quadro da UE, mas apenas durante encontros da OTAN, OSCE ou ONU. O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Italiano, Lamberto Dini, reconheceu numa conferência de imprensa com a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine K. Albright, que a ajuda humanitária à Sérvia teve uma presença constante nas negociações entre os Quint, a UE e os EUA (US Department of State, 2001).

Os Estados membros da UE são livres de discordar uns com os outros, o que se verifica também no caso do reconhecimento da independência do Kosovo. A Espanha, a Grécia, a Eslováquia e Chipre ainda se recusam a reconhecer esta independência¹³. Os Estados Quint, por outro lado, tomaram uma posição assertiva em relação à Sérvia, declarando: “temos tolerado até agora a retórica agressiva sérvia em relação ao Kosovo, pois acreditávamos que, com o tempo, esta poderia ser retirada da agenda” e sugerindo, sem grande margem para dúvidas, que a sérvia se abstenha de quaisquer aventuras assim que o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) se pronuncie sobre a legalidade da independência do Kosovo. Isto demonstra a firme postura diplomática dos Estados Quint *vis-à-vis* as relações Sérvia-Kosovo (Bancroft, 2010).

A UE necessita de garantir o sucesso dos seus esforços na Sérvia e no Kosovo para recuperar a credibilidade da PCSD no quadro do PESC, e assim, a Alta-Representante da União tem efetuado esforços no sentido do acordo de normalização ser realizado antes do final do seu mandato, em 2014. O tempo, energia e ajuda financeira que a UE canalizou para este projeto pode apenas querer dizer que a UE fará tudo ao seu alcance para prevalecer.

Os principais esforços promovidos pela UE são a utilização de *soft law*, de boa governança e da criação de um ambiente estimulado pela paz, mas ao lidar com intervenientes importantes: não existe almoço grátis. É por esta razão que a UE está determinada a ter sucesso; ao reformar os Balcãs através do Processo de Estabilização e de Associação (PEA), a UE ganha um novo mercado a explorar. Uma situação persistente que pode causar problemas futuros e que a UE parece menosprezar é o isolamento e a relutância dos sérvios do norte do Kosovo. Na esperança de que o problema desapareça por si só, a UE minimiza o problema. Assim, há perspetivas reais de que, caso o isolamento e a relutância dos sérvios kosovares não seja enfrentada de forma apropriada, todo o processo se veja confrontado com problemas maiores no futuro (Deda, 2014, pp. 6-9).

5. Determinantes para o Kosovo

Em 1999, a UE deu o seu compromisso aos Balcãs ocidentais, mantendo uma presença permanente no Kosovo e na Sérvia. O Kosovo beneficia desta presença, com quase €2 biliões em ajuda financeira. Inicialmente, estes fundos destinavam-se a ajuda humanitária e reconstrução, tendo agora evoluído para serviços especializados para o desenvolvimento das instituições, o desenvolvimento económico sustentável e para providenciar um futuro melhor à sua população (EU Office in Kosovo, s.d.).

¹³ Para mais informações, consultar o seguinte website: <http://www.kosovothankyou.com/>, [Consult. 24 abr. 2014].

O Kosovo tem o objetivo de um dia se tornar um Estado membro da UE e é um defensor das normas e valores europeus, algo que a UE quer implementar nos Balcãs. Em 2008, a Comissão Europeia (CE), realizou uma conferência de doadores em favor do Kosovo que deverá assegurar o financiamento para o desenvolvimento sócio-económico do país durante o período de 2009-2011. A CE e os Estados membros da UE doaram €794 milhões (CE – €508 milhões para o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) e Assistência Macrofinanceira (AMF) + €286 milhões de outros Estados membros da UE para o orçamento de assistência bilateral) e outros doadores juntaram €400 milhões a essa quantia. O IAP para o Kosovo em 2010 centrou-se em: Estado de Direito (EULEX), governança, reformas da administração pública, comunidades e educação, financiamento do Estado, desenvolvimento económico regional, agricultura, desenvolvimento rural, segurança veterinária e segurança dos alimentos, reestruturação do sector energético, ambiente, assistência técnica geral e comunicações¹⁴.

O diálogo com a sociedade civil que é conduzido pelo gabinete da Comissão Europeia (CE) no Kosovo tem um papel preponderante nas reformas para candidatos e potenciais candidatos a membros da UE. Tal como mostra o Relatório de Progresso de 2013, as organizações da sociedade civil e as instituições do Kosovo cooperam de forma ad hoc, mas continua a verificar-se falta de vontade e iniciativa por parte das autoridades centrais e locais do Kosovo para consolidar a cooperação e para levar a cabo uma política governamental (European Commission, 2013d).

O Kosovo beneficia do Processo de Estabilização e de Associação. Neste quadro, o Kosovo tem prioridades que estão em concordância com a Resolução 1244 do CSNU. São estes: Estado de Direito, direitos humanos, transparência, proteção de minorias étnicas e da liberdade de religião. Estas prioridades destinam-se a alcançar a reconciliação social e a sustentabilidade numa sociedade multiétnica e multicultural e a tornar possível o regresso das populações deslocadas.

A UE apenas consideraria expandir as negociações de acordos de Estabilização e de Associação com o Kosovo caso as prioridades do PEA fossem cumpridas de forma satisfatória. A 28 de outubro de 2013, após a conclusão do acordo de normalização, foram tomando forma as negociações para o Acordo de Estabilização e de Associação (AEA). Foi uma situação de “olho por olho” em que o Kosovo teve de concordar com o acordo de normalização em troca do AEA. Este processo trará benefícios ao Kosovo, tais como uma zona bilateral de comércio livre para serviços, bens e capital; o alinhamento das normas de patentes de competição, intelectuais e industriais com as da UE; a segurança dos consumidores; e as condições de trabalho (European Commission, 2013b).

É de suma importância para o Kosovo, como Estado, consolidar o seu compromisso com a UE na expectativa de que este leve outros Estados a reconhecê-lo como um Estado independente e soberano. Este facto também irá atenuar as hipóteses do Kosovo se tornar um Estado membro da ONU, embora aí ainda haja um longo caminho a percorrer, pois a menos

¹⁴ Para informações adicionais sobre o compromisso político e financeiro para com o Kosovo, consultar: http://eeas.europa.eu/delegations/kosovo/eu_kosovo/tech_financial_cooperation/index_en.htm, [Consult. 17 dez. 2010].

que tenha o consentimento da Sérvia, a Rússia, que beneficia de poder de veto no CSNU, irá bloquear quaisquer tentativas de adesão à ONU.

Se o Kosovo pretende continuar a sua trajetória para a UE, não poderá permitir-se ser relutante em relação às exigências da UE.

6. Determinantes para a Sérvia

Após a declaração de independência do Kosovo em 2008, a única solução que permitia aos sérvios kosovares preservar a sua identidade e proteção como minoria étnica foi negociar um acordo que lhes garantisse uma associação com estatutos e competências próprios e que lhes proporcionasse a integração no Kosovo.

Ivica Dacic declarou que o acordo de normalização apresentava o caminho mais célere para que os sérvios kosovares beneficiassem de alguma segurança. Adicionalmente, Dacic confirmou que as forças armadas do Kosovo não poderiam entrar na região norte do Kosovo, de maioria sérvia, e que esta foi uma decisão conjunta com o Secretário-Geral da OTAN, Rasmussen e com a AR Catherine Ashton (B92, 2013b).

O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia e Montenegro, Vuk Draskovic, afirmou que Belgrado aquiesceu e apenas aceitou o acordo pois este não implicava o reconhecimento do Kosovo, e proporcionava a oportunidade de criar relações económicas e políticas intensas com Pristina, criando uma interdependência. Esta interdependência daria a Belgrado a oportunidade de influenciar o Kosovo dentro dos limites da democracia e do direito internacional. Ao mesmo tempo, a Sérvia poderia continuar o seu caminho em direcção à integração na UE e manter as boas relações de vizinhança exigidas pelos critérios de Copenhaga¹⁵.

A principal prioridade da Sérvia é a ascensão à UE, que oferece melhores oportunidades económicas que a sua homóloga Russa. Desde o ano 2000, a Sérvia tem lucrado com as relações económicas bilaterais com a UE. Tem ainda obtido uma espécie de estatuto de nação mais favorecida (NMF) no que diz respeito ao comércio, tornando-se a UE o seu parceiro principal desde 2007, com um aumento de 56% de relações de importação/exportação. O acordo provisório que faz parte do AEA desde 2008, que terminou a 1 de janeiro de 2008, impulsionou o sector de exportações sérvio em €2.7 biliões somente para a UE (B92, 2014).

A UE proporciona não só benefícios económicos, mas ainda o fator social, que é também mais atraente do que o da Rússia. As reformas sociais terão lugar quando as reformas económicas corresponderem aos requisitos básicos¹⁶. A integração na UE não é um assunto unânime entre a população sérvia; apenas 51% dos sérvios veem a UE como uma resposta para os seus problemas. Cerca de 68% da população concorda com as reformas e com a cooperação com a UE, sem o condicionalismo da integração na UE.

¹⁵ Informação recolhida através de uma entrevista com diplomatas da UE em Pristina a 24 de março de 2014.

¹⁶ Informação obtida através de uma entrevista com um funcionário do Fórum de Relações Interétnicas em Belgrado, a 1 de abril de 2014.

Aleksander Vucic ganhou as eleições nacionais sérvias a 16 de março de 2014 e é Primeiro Ministro da Sérvia desde 27 de abril de 2014. A sua vitória esmagadora era previsível e, assim, Vucic e o seu SNS (Partido Progressista Sérvio) foram envolvidos nas negociações UE-Sérvia ainda antes das eleições. O SNS é conhecido por ser pró-UE e anticorrupção. Apesar de ter sido Ministro da Informação durante o mandato de Slobodan Milosevic, facto pelo qual já apresentou as suas desculpas, Vucic é visto com ceticismo tanto no Kosovo como na Sérvia. Para os representantes da UE ligados às relações Kosovo-Sérvia, Vucic tem um papel importante; foi parte do problema no passado e pode agora fazer parte da solução. O passado de Vucic e a sua actual posição significam que este pode influenciar e persuadir os radicais pró-Jugoslávia ainda ativos a adotar uma nova perspectiva.

No decorrer do Fórum da Associação Sérvia-Alemanha, Vucic declarou publicamente que a Sérvia tem o objetivo realista de se tornar um Estado membro da UE até 2020 e irá continuar a proceder às reformas necessárias (InSerbia, 2013).

Conclusão

Nenhum documento pode garantir a reconciliação e fomentar a cooperação e o progresso com sucesso total. Nenhum documento singular pode garantir a inexistência de questões sobrepostas e irreconciliáveis que dificultem o processo de implementação. A reconciliação é um processo de longo prazo, que necessita de um constante acompanhamento dos progressos efetuados, especialmente nos Balcãs, que se têm confrontado com conflitos territoriais centenários. O que um documento pode estabelecer é clareza de conduta, transparência e negociações diplomáticas, o que no caso do acordo de normalização não foi alcançado com sucesso. Ao avaliar as fontes disponíveis concomitantes à qualidade das negociações do acordo, não podemos fechar os olhos. É de criticar a conduta da UE, principalmente da mediadora principal, a AR Catherine Ashton, na condução das negociações do acordo de normalização. Aparentemente, um acordo teria de ser concluído a qualquer custo e o mais rapidamente possível, ainda isso implicasse não envolver o problema central, a minoria étnica de sérvios kosovares. É verdade que muito foi dito sobre a postura frágil do Serviço Europeu de Ação Externa e a situação Kosovo-Sérvia, e como esta apresentava uma oportunidade para a UE recuperar alguma credibilidade na cena internacional, mas o seu trato fácil e a sua dependência persistente de factores externos tornou a UE, por vezes, descuidada e pouco metódica.

Em 1993, foi concluído o Acordo Oslo I entre Israel e a Palestina, oficialmente denominado Declaração de Princípios da Autonomia Provisória. Foi um processo de paz que resultou na nomeação de três indivíduos para o Prémio Nobel da Paz de 1994: Yasser Arafat (Palestina), Shimon Peres (Israel) and Yitzhak Rabin (Israel). Vinte anos depois, o conflito mantém-se e não se pode dizer com certeza que haja uma relação bilateral de normalização. Este exemplo demonstra que os acordos de normalização ou paz alcançados podem não ser eficazes na realidade, devido a problemas de raiz não resolvidos. É o caso das relações bilaterais entre o Kosovo e a Sérvia; a postura e ideologia das comunidades são de suma importância para

o processo de negociação. A normalização de relações bilaterais entre o Kosovo e a Sérvia permanecerá frágil, pois há uma grande diferença entre o Plano Ahtisaari e o Primeiro Acordo de Princípios que rege a normalização das relações no que diz respeito à reconciliação e à coesão social. Por um lado, a intenção do Plano Ahtisaari era criar as fundações para uma sociedade multiétnica, apesar de Mitrovica Norte beneficiar de um estatuto especial com competências adicionais mas, de forma geral, promovia uma participação multiétnica na sociedade, igualdade racial e consolidação social. Por outro lado, o acordo de normalização é responsável pela separação e isolamento da minoria sérvia kosovar, com a criação de uma Associação/Comunidade de municípios de maioria sérvia no Kosovo.

Os determinantes para o Kosovo, Sérvia e UE concentram-se à volta dos factores económicos, tais como a ajuda financeira, reformas económicas, novos mercados e serviços, bens e capitais, etc. Para a Sérvia, é importante preservar a identidade sérvia dentro do Kosovo, pois enquanto os sérvios kosovares mantiverem o *status quo* no que diz respeito à sua integração, Belgrado pode exercer influência através da AMS e do partido político Srpska. Alguns autores sugerem que Belgrado tem a intenção de provocar a rutura e separação do Kosovo a partir de dentro, promovendo a ideia de normalização de relações ao mesmo tempo que alimenta a discórdia intra-kosovar entre albaneses do Kosovo (a maioria étnica) e sérvios kosovares (a minoria étnica) (Deda, 2013, pp. 7-9.). Enquanto nenhuma das partes infrinja as normas e valores europeus ou o Primeiro Acordo, são livres de jogar o jogo. A Sérvia não tem de reconhecer o Kosovo, mas é obrigada a manter boas relações de vizinhança; parece mais razoável pressupor que a agenda real do acordo pretendia facilitar o acesso à UE, mais do que ser uma abordagem eficaz aos problemas sociais e fomentar um nível satisfatório de reconciliação entre dois grupos étnicos e países diferentes.

Tal como mencionámos no quadro conceptual, devemos ter presente que a coexistência superficial, na qual a interação social é promovida por um acordo entre dois grupos ideologicamente distintos, se traduz num caso de *apartheid* social e de reconciliação frágil (Rigby, 2005, p. 2). A verdadeira reconciliação emerge com uma declaração formal e pública do reconhecimento das atrocidades cometidas e com um pedido de desculpas às vítimas.

Os determinantes para os sérvios kosovares no que diz respeito ao processo de implementação são de natureza sensível. Por um lado, recusam-se a reconhecer a autoridade do governo do Kosovo e por outro lado sentem-se traídos pelo governo da Sérvia. Esta minoria étnica não esteve envolvida nas negociações, o que diz bastante sobre o próprio acordo e sobre a opinião geral dos sérvios kosovares em relação ao mesmo. A oposição *vis-à-vis* a implementação da AMS pode ser explicada pela ausência de consulta, informação e ambiguidade dos conteúdos dos quinze artigos. Em primeiro lugar, para que os quinze artigos possam ser implementados, deve seguir-se uma série de reformas para colmatar a ausência de fundamentos jurídicos; em segundo lugar, a incerteza social apresenta uma barreira à implementação. Quase dois terços da população nos quatro municípios do norte veem o acordo como uma fonte de instabilidade e incerteza.

A União Europeia e a sua principal mediadora, a antiga Alta Representante Catherine Ashton e a sua equipa, tiveram um papel de relevo na obtenção de um acordo. É a maior missão da UE no quadro da PESD, e após a crise financeira na Zona Euro e o subsequente ceticismo em relação à UE, alcançar o sucesso nos Balcãs ocidentais irá restaurar alguma confiança.

Em 2015, a nova Comissão Europeia e AR terão de retomar as negociações, intensificar o diálogo e mediar com vista à implementação do acordo, que não foi cumprida dentro do prazo. Para a obtenção de resultados satisfatórios, a minoria sérvia kosovar deverá estar envolvida; a sua perspectiva deverá ser tomada em consideração com vista a promover uma verdadeira colaboração entre todas as partes. Se não for este o caso, nada se alterará e o *apartheid* étnico continuará em vigor; Pristina irá governar um Kosovo dividido e continuará a apoiar-se nas decisões e interesses da UE e de Belgrado, que dão prioridade a interesses próprios e desvalorizam os problemas sociais.

Bibliografia

- Armakolas, I. & Maksimovic, M., 2013. *Serbia's Resolution on Kosovo and Metohija & the Belgrade-Pristina dialogue: Is there a solution after the Resolution?* [Online]. Available at: [http://www.google.pt/url?q=http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/162724/ ipublicationdocument_singledocument/cd1ec6c5-a996-4267-805d-3153ada909c1/en/Briefing-Notes_09_March-2013_Armakolas_Maksimovic.pdf&sa=U&ei=eBbaVL3wFsWqU7y4gOgC&ved=0CBgQFjAB&usg=AFQjCNET73EixphLvxEIVgcW02V0i__1Q](http://www.google.pt/url?q=http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/162724/ipublicationdocument_singledocument/cd1ec6c5-a996-4267-805d-3153ada909c1/en/Briefing-Notes_09_March-2013_Armakolas_Maksimovic.pdf&sa=U&ei=eBbaVL3wFsWqU7y4gOgC&ved=0CBgQFjAB&usg=AFQjCNET73EixphLvxEIVgcW02V0i__1Q), [Consult. 12 Jan. 2013].
- B92, 2013a. *Serbian parliament's resolution on Kosovo and Metohija*. [Online] 13 January. Available at: <http://www.b92.net/eng/insight/strategies.php>, [Consult. 7 Dec. 2013].
- B92, 2013b. *Dacic: Serbs guaranteed greatest safety*. [Online] 23 April. Available at: http://www.b92.net/eng/news/politics.php?yyyy=2013&mm=04&dd=23&nav_id=85843, [Consult. 26 Apr. 2014].
- B92, 2014. *Serbia-EU trade liberalization process ends*. [Online] 2 January. Available at: http://www.b92.net/eng/news/business.php?yyyy=2014&mm=01&dd=02&nav_id=88853, [Consult. 2 Jan. 2014].
- Balkan Insight, 2013. *NGO Fears 'Republika Srpska' Inside Kosovo*. [Online] 12 December. Available at: <http://www.balkaninsight.com/en/article/kosovo-ngo-predicts-a-republika-srpska-to-be-formed>, [Consult. 20 Apr. 2014].
- Bancroft, I., 2010. EU divisions over Kosovo get deeper. *The Guardian*, [Online] 17 February. Available at: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2010/feb/17/kosovo-quint-europe-divisions>, [Consult. 29 Apr. 2014].
- BBC News Europe, 2014. *Ruling Progressive Party 'wins majority in Serbia poll'*. [Online] 16 March. Available at: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26598829>, [Consult. 19 Mar. 2014].

- Bieber, F. & Daskalovski, Z., 2003. *Understanding the war in Kosovo*. London: Frank Cass Publishers, pp. 20-301.
- Bloomfield, D. et al., 2003. Reconciliation After a Violent Conflict – A Handbook. *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, [Online]. Available at: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/Reconciliation-After-Violent-Conflict-A-Handbook-Full-English-PDF.pdf>, [Consult. 24 Nov. 2013].
- Deda, I., 2013. Kosovo after the Brussels Agreement: From status quo to an internally ethnically divided state. *Kosovar Institute for Policy Research and Development (KIPRED)*, pp. 1-9.
- Deda, I. & Mustafa-Qosaj, A., 2013. The Implementation of Agreements of Kosovo-Serbia Political Dialogue. *Kosovar Institute for Policy Research and Development*, [Online] No. 4/13 - July. Available at: http://www.kipred.org/advCms/documents/22356_The_Implementation_of_Agreements_of_Political_Dialogue.pdf, [Consult. 10 Dec. 2013].
- Ejodus, F. et al., 2013. Municipal Elections in Northern Kosovo Towards a New Balance?. *Central European Policy Institute*. Bratislava: International Visegrad Fund, [Online]. Available at: <http://d4d-ks.org/assets/Municipal-elections-in-northern-Kosovo.pdf>, [Consult. 25 Nov. 2013].
- EU Office in Kosovo, s.d. *Political & economic relations*. [Online]. Available at: http://eeas.europa.eu/delegations/kosovo/eu_kosovo/political_relations/index_en.htm, [Consult. 2 May 2014].
- EU Observer, 2014. *Who won the EU game on Kosovo and Serbia?*. [Online] 10 January. Available at: <http://euobserver.com/foreign/122677>, [Consult. 12 Mar. 2014].
- EUR-Lex, 2013. Gezamenlijk Verslag aan het Europees Parlatent en de Raad over de vorderingen van Kosovo betreffende de kwesties die wereden uiteengezet in de conclusies van de Raad van Decatber 2012. *EUR-Lex Archive*, [Online]. Available at: http://old.eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_artapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&l g=nl&numdoc=52013JC0008&model=guichett, [Consult. 20 Apr. 2014].
- Europa, 1998. *2113th Council meeting GA*. [Online] 13 July. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-98-240_en.htm, [Consult. 23 Apr. 2014].
- Europa, 2008. *Europees partnerschap met Servië, met inbegrip van Kosovo*. [Online] 21 May. Available at: http://europa.eu/legislation_summaries/enlargement/western_balkans/r18015_nl.htm, [Consult. 28 Apr. 2014].
- Europa, 2013. *EU starts the Stabilisation and Association Agreement negotiations with Kosovo*. [Online] 28 October. Available at: http://europa.eu/rapid/press-release_MATO-13-938_en.htm, [Consult. 3 May 2014].
- European Commission, 2009. *Communication from the Commission to the European Parliament and the Council*. [Online] COM 5343, 14 October. Available at: http://eeas.europa.eu/delegations/kosovo/documents/eu_kosovo/091014_kosovo_study_en.pdf, [Consult. 20 Mar. 2014].

- European Commission, 2012. *Kosovo 2013 Progress Report. Communication from the Commission to the European Parliament and the Council on a Feasibility Study for a Stabilization and Association Agreement between the European Union and Kosovo*. [Online] Brussels: 10 October. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2012/package/ks_feasibility_2012_en.pdf, [Consult. 3 Dec. 2013].
- European Commission, 2013a. *Council Decision: authorizing the opening of negotiation on a Stabilization and Association Agreement between the European Union and Kosovo*. [Online] Brussels: 22 April. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/ks_recommendation_2013_en.pdf, [Consult. 4 Dec. 2013].
- European Commission, 2013b. *Joint report to the European Parliament and the Council on Kosovo's progress in addressing issues set out in the Council Conclusions of December 2012 in view of a possible decision on the opening of negotiations on the Stabilization and Association Agreement*. [Online] Brussels: 22 April. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/ks_spring_report_2013_en.pdf, [Consult. 4 Dec. 2013].
- European Commission, 2013c. *Joint report to the European Parliament and the Council on Serbia's progress in achieving the necessary degree of compliance with the membership criteria and notably the key priority of taking steps towards a visible and sustainable improvement of relations with Kosovo*. [Online] Brussels: 22 April. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/sr_spring_report_2013_en.pdf, [Consult. 4 Dec. 2013].
- European Commission, 2013d. *Kosovo 2013 Progress Report. Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. Enlargement Strategy and Main Challenges 2013-2014*. [Online] Brussels: 16 October. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/package/ks_rapport_2013.pdf, [Consult. 3 Dec. 2013].
- European Commission, 2013e. *Serbia 2013 Progress Report. Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. Enlargement Strategy and Main Challenges 2013-2014*. [Online] Brussels: 16 October. Available at: http://ec.europa.eu/enlargement/pdf/key_documents/2013/package/sr_rapport_2013.pdf, [Consult. 3 Dec. 2013].
- Forum for Ethnic Relations, 2013. *North Kosovo and Local Elections Survey*. Belgrade: Katalogizacija u publikaciji Narodna biblioteka Srbije, pp. 1-40.
- Gallucci, G. M., 2011. *The Ahtisaari Plan and North Kosovo*. TransConflict. [Online]. Available at: http://www.transconflict.com/10/wp-content/uploads/2011/11/PolicyPaper_AhtisaariPlanNorthKosovo.pdf, [Consult. 26 Apr. 2014].
- Gegout, C., 2002. The Quint: Acknowledging the Existence of a Big-Four-Us Directoire at the Heart of the European Union's Foreign Policy Decision-Making Process. *Journal of Common Market Studies*, [Online]. Available at: <http://www.acadatia.edu/3801512/>

- The_Quint_Acknowledging_the_Existence_of_a_Big-Four_-_US_Directoire_at_the_Heart_of_the_European_Unions_Foreign_Policy_Decision-Making_Process, [Consult. 3 May 2014].
- George, A., 2009. Ten Years of ESDP Missions: The European Way for Attaining Global Peace and Security. *EULEX Kosovo*, [Online] 17 November. Available at: <http://www.eulex-kosovo.eu/en/features/0011.php>, [Consult. 2 May 2014].
- Gulyas, V. & Norman, L., 2013. Polling-Station Attacks Mar Vote in Kosovo - Election Seen as Test of EU-Brokered Peace Process Between Serbia and Former Province. *The Wall Street Journal*, [Online] 4 November. Available at: <http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702303482504579175961601291916>, [Consult. 2 Dec. 2013].
- HLNBE, 2013. *Kosovaarse Serviërs roepen zelfstandigheid uit*. [Online] 4 July. Available at: <http://www.hln.be/hln/nl/960/Buitenland/article/detail/1663695/2013/07/04/Kosovaarse-Serviërs-roepen-zelfstandigheid-uit.dhtml>, [Consult. 1 May 2014].
- InSerbia, 2013. *Turnout in elections shows Serbs did not recognize the false state of Kosovo*. [Online] 2 December. Available at: <http://inserbia.info/today/2013/12/turnout-in-elections-shows-serbs-did-not-recognize-the-false-state-of-kosovo-dss/>, [Consult. 9 Dec. 2013].
- International Crisis Group, 2012. *Setting Kosovo Free: Remaining Challenges*. Europe Report N° 218, [Online] 10 September. Available at: [http://www.crisisgroup.org/~media/Files/europe/balkans/kosovo/218-setting-kosovo-free-remaining-challenges.pdf](http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/europe/balkans/kosovo/218-setting-kosovo-free-remaining-challenges.pdf), [Consult. 12 Oct. 2013].
- International Crisis Group, 2013. *Serbia and Kosovo: The Path to Normalisation*. Europe Report N° 223, [Online] 19 February. Available at: <http://www.crisisgroup.org/en/regions/europe/balkans/kosovo/223-serbia-and-kosovo-the-path-to-normalisation.aspx>, [Consult. 12 Oct. 2013].
- Judah, T., 2008. *Kosovo, what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, pp. 7-150.
- Kamov, G., 2006. EU's role in conflict resolution: the case of the Eastern enlargement and neighbourhood policy areas. *Institut Européen des Hautes Etudes Internationales*, [Online]. Available at: <http://www.ie-ei.eu/IE-EI/Ressources/file/matoires/2006/KAMOV.pdf>, [Consult. 2 Nov. 2013].
- Karadaku, L., 2013. *Serbia's 'tatporary' local institutions in Kosovo at issue*. [Online] 22 August. Available at: http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2013/08/22/feature-03, [Consult. 10 Nov. 2013].
- Kosovo Media Monitor, 2013. *0830 Report 09 12 2013*. [Online] 9 December. Available at: http://www.newsmonitors.org/mon/index.php?option=com_content&view=article&id=3091:0830-report-09-12-2013&catid=34:morning&Itemid=53, [Consult. 23 Apr. 2014].
- Lebow, R. N., 2007. *Coercion, Cooperation and Ethics in International Relations*. New York: Taylor & Francis Group.

- Macshane, D., 2011. *Why Kosovo still matters*. London: Haus Publishing Ltd.
- Malazogu, L. et al., 2014. Integration or Isolation? Northern Kosovo in 2014 Electoral Limbo. *Central European Policy Institute*, [Online]. Available at: <http://www.cepolicy.org/publications/integration-or-isolation-northern-kosovo-2014-electoral-limbo>, [Consult. 24 Apr. 2014].
- Malcolm, N., 1999. *Kosovo a short history*. New York: New York University Press.
- Mertus, J. A., 1999. *Kosovo: How myths and truths started a war*. California: University of California Press.
- Ministry of Foreign Affairs, 2009. *Algemeen ambtsbericht Kosovo*. Department of Migration, Free Movement of Persons, Asylum and Immigration. [Online]. Available at: http://www.dtenv.nl/images/algemeen-ambtsbericht-kosovo-april-2009_tcm66-530494.pdf, [Consult. 30 Sep. 2013].
- NATO, 1999. *Resolution 1244*. [Online] 30 June. Available at: <http://www.nato.int/kosovo/docu/u990610a.htm>, [Consult. 25 Apr. 2014].
- Oliveira, A. J., 2011. *Resolução de Conflitos. O papel do instrumento militar no actual contexto estratégico. O exemplo do Kosovo*. Campo Grande: Esfera do Caos Editores, Papel munde SMG Lda.
- Organization for Security and Co-operation in Europe Mission in Kosovo, 2011. *Implementation of the Action Plan on the Strategy for the Integration of the Roma, Ashkali and Egyptian Communities in Kosovo*. [Online]. Available at: <http://www.osce.org/kosovo/77413?download=true>, [Consult. 23 Mar. 2014].
- Qehaja, F. & Vrajolli, M., 2012. Monitoring and evaluating the good governance in the Kosovo security sector. *Kosovar Center for Security Studies*, pp. 9-24.
- Radio Free Europe, 2014. *Hardline Kosovo Serbs Elected North Mitrovica Mayor*. [Online] 24 February. Available at: <http://www.rferl.org/content/kosovo-mitrovica-north-mayor-election-results-/25274769.html>, [Consult. 15 Apr. 2014].
- Republic of Kosovo, 2012. Legislature IV Assembly of Republic of Kosovo. [Online] 18 October. Available at: http://www.kuvendikosoves.org/common/docs/Rezolution_relationships_Kosovo_Serbia.pdf, [Consult. 5 Dec. 2013].
- Rigby, A., 2006. *Reflections on reconciliation*. Committee for Conflict Transportation Support. [Online]. Available at: <http://euobserver.com/foreign/122677>, [Consult. 1 Dec. 2013].
- Security Council Report, 2014. *Chronology of Events*. [Online] 4 March. Available at: <http://www.securitycouncilreport.org/chronology/kosovo.php>, [Consult. 15 Mar. 2014].
- Starken, B., 1999. *Working for Reconciliation: A Caritas Handbook*. New York: Caritas International.
- UNHCR & OSCE, 2001. *Assessment of the Situation of Ethnic Minorities in Kosovo (Period covering March 2001 through August 2001)*. [Online]. Available at: <http://www.osce.org/kosovo/13298?download=true>, [Consult. 17 Apr. 2014].

- United Nations Security Council, 2007. *Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement*. [Online] 26 March, S/2007/168/Add.1. Available at: http://www.unosek.org/docref/Comprehensive_proposal-english.pdf, [Consult. 17 Apr. 2014].
- United Nations Security Council, 2013a. *Report of the Secretary-General on the United Nations – Interim Administration Mission in Kosovo*. [Online] 30 April, S/2013/254. Available at: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2013/254, [Consult. 26 Mar. 2014].
- United Nations Security Council, 2013b. *Report of the Secretary-General on the United Nations – Interim Administration Mission in Kosovo*. [Online] 26 July, S/2013/444. Available at: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2013/444, [Consult. 3 Dec. 2013].
- United Nations Security Council, 2013c. *Top United Nations Envoy in Kosovo says recent ballot was successful. As other speakers highlights ‘fragile, explosive situation*. [Online] 19 November, SC/11181. Available at: <http://www.un.org/News/Press/docs/2013/sc11181.doc.htm>, [Consult. 4 Dec. 2013].
- US Department of State, 2001. *Secretary of State Madeleine K. Albright and Italian Minister of Foreign Affairs Lamberto Dini*. [Online] 20 January. Available at: <http://1997-2001.state.gov/www/statatents/1999/990728.html>, [Consult. 3 May 2014].
- Weller, M., 2009. *Contested Statehood: Kosovo’s struggle for independence*. New York: Oxford University Press.
- Woehrel, S., 2013. Congressional Research Service. *Kosovo: Current Issues and U.S. Policy*. Congressional Research Service, [Online] 7 May. Available at: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RS21721.pdf>, [Consult. 13 Dec. 2013].